

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116

Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devolvem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Director: JOSÉ S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9550; Província, 3 meses 28550; África Portuguesa, 6 meses 66500; Estrangeiro, 6 meses 102500
PAGAMENTO ADIANTADO

QUINTA FEIRA, 8 DE JULHO DE 1926



NOTAS & COMENTÁRIOS

Touros de morte

O jornal A Democracia do Sul tem publicado várias locais anunciando para breve a realização de uma tourada com touros de morte, na cidade de Évora. Veem os partidários do bárbaro espectáculo com o pretexto velho de que o produto da tourada se destina às casas de beneficência. Pretende-se mais uma vez encobrir um crime de lesa-civilização com um gesto de generosidade. Não sabemos se os promotores da tourada já obtiveram licença dos homens da presente situação para realizá-la. Se a obtiveram não será para estranhar, porque numa situação de violência todas as violências são possíveis.

A natureza é varia...

Na esquadra da Mouraria, naquele ergastulo onde é hábito agredir-se e cortar-se os cabelos aos presos, deu-se há dias uma scena que, mais do que dos seus autores, transpôs para o exterior. Foi o caso do cidadão 1939, quando se encontrava de sentença à porta daquela esquadra, altercar com o seu chefe, o conhecido colporteur Aires. O mestre fíguro não gostou da fãzanha do 1939 e como um possessivo atirou-se ao seu subordinado, rasgando-lhe a farda. Um jornal da manhã de ontem, em sôbria linguagem, noticiava o facto, acrescentando que o 1939, com a farda rasgada, foi para os quartos particulares do governo civil. Quem não gostou da noticia foi o colporteur Aires, que, para desmentir aquele matuto, mandou ontem afixar um placard, redigido em péssimo português, junto à esquadra do Teatro Nacional. Como é natural o caso provocou grande ajuntamento e dos circunstantes partiram vários comentários, dos quais destacaremos este que se sôltou da boca de um dos assistentes: «enfim, a natureza é varia...»

Rega & Missas

Há dias, na Sociedade de Geografia, fez-se uma conferência sobre rega e aproveitamento do Vale do Limpopo. O conferente, a certa altura, saltou da ténica hidráulica para o campo missionário, afirmando que o futuro das colónias está nas mãos das missões religiosas. Deve ser isso. Será com padre-nossos que se arrotearão as ricas terras do Limpopo. O que o conferente não disse, para edificação das gentes, é que natureza de serviços, até hoje, prestaram as missões ao ultramar.

Nem ao menos citou o número de pretinhos que tinha tido ao seu serviço, durante o estudo do famoso vale, que soubessem ler e escrever.

Quando é que os «pseudo homens de ciência» se resolverão a tirar da cabeça as teias de aranha religiosas?

Disse o que não disse...

Os namorados, salvo raríssimas excepções, são as pessoas que se carteiem com mais entusiasmo e frequência. A censura

tem-nos escrito muitas cartas. Mas pouco amorosas todas elas. A mais interessante, porém, é indubitavelmente a última, datada de 7 do corrente, que é do seguinte teor:

«A Ex.ª Redacção de A Batalha. — Informo V. Ex.ª que não pode ser publicada qualquer noticia sobre recomposição ministerial nem mesmo referencias ao suplemento ao «Diário do Governo» de hoje. «Com a maior consideração me subscrevo, — de V. Ex.ª, mt.ª at.ª vnr. e obg.ª» — Joaquim Augusto Prata Dias, coronel. — Sem efeito em vista de ordem superior. — Prata Dias, coronel.»

Como se vê a nossa amiga censura escreve-nos participando que não tem efeito o que nos escreve. Por este officio podem os leitores avaliar da firmeza de convicções e superioridade mental dos homens que tão inteligentemente nos dirigem...

Uma página literária

A censura pretende, como toda a gente sabe, tornar possível o que, desde que o homem é homem e se abalançou a pensar e ter opiniões, nunca conseguiu através da História: pôr toda a gente de acordo. A censura quer que num país de seis milhões de habitantes não surja na imprensa uma única palavra de discordância. Não o consegue. Se o conseguisse seria caso de se fazer a categoria de milagre, como os de Fátima ou de Lourdes. Apenas um objectivo, que ela provavelmente não tinha em mira, logrou alcançar: tornar os jornais mais espiritistas. O Diário da Tarde de ontem, por exemplo, publicava uma «página literária» interessantíssima. A sua literatura limitava-se à inserção de muitos bonitos sem-nexo, que precisamente por não terem nexo constituíam uma attitude de apoio ao novo regime original e inesperado...

Ingratidão...

Num pequeno eco publicado há dias nesta secção, demos guarida a várias queixas recebidas na redacção deste jornal a propósito da pouca attenção dispensada pelos clínicos que fazem serviço na consulta de medicina geral do hospital de Santa Marta, aos doentes que ali se dirigem. Ao noticiarmos o facto, tivemos o máximo cuidado em não ferir a susceptibilidade dos ilustres médicos que fazem serviço naquele estabelecimento, porque sabemos que entre eles existem bastantes dignos da nossa admiração. Mas as queixas eram frequentes e cobri-las com o silêncio seria praticar uma obra que não está na índole desta gazeta. A propósito do nosso eco um vespertino publicava no seu número de ontem um «suelto» em que nos considerava ingratos, reputando os serviços do hospital de Santa Marta, «desde a exatidão científica dos tratamentos até ao detalhe sentimental da caridade para com os doentes» — modelar. Somos forçados, em virtude das apreciações do nosso colega, a fazer aqui um parentesis. A Batalha foi o único jornal que trouxe o quadro penumbroso dos hospitais. Numa série de artigos provou que os hospitais não podem, com as

uma amostra da moralidade das missões religiosas em Africa

Quem tenha seguido atentamente as manobras da imprensa de grande circulação, facilmente terá visto, sempre com o mais natural espanto, que de semanas a semanas, numa insistência e chapa que denuncia a origem — se clama que «salvemos, com a difusão e patrocínio das missões religiosas nacionais, o domínio colonial português que se está desnacionalizando com a invasão das missões estrangeiras».

Nada mais ridículo. Nada mais falso. Recrudescem agora a campanha «Pro-Missões». Formam-se «comités» para o angariamento de fundos; anuncia-se a venda de medalhas à massa ignorante e incauta — propalando-se que o Estado-Republicano tem desamparado os incultos obreiros da missão.

Mente-se com a consciência da falsidade que se divulga:—Nunca as missões religiosas, nos últimos 50 anos de monarquia, disfrutaram situação superior à que hoje têm. Porque, na verdade, certo que no fundo de quasi todos os portugueses se agita um jesuitismo de palmo e meio — é preciso dizer, proclamar, gritar, para que a Nação ouça, que entre todos os funcionários do país prestam serviços, nenhum disfruta mais extraordinários favores do Estado do que o missionário.

Passemos do domínio das palavras para o domínio das provas: O missionário religioso, ao cabo de «10 anos» de serviço, reforma-se com o «avencimento por inteiro»: — os restantes funcionários do ultramar, — ao cabo de «20 anos» — podem obter a sua aposentação, ficando a vencer unicamente o «ordenado de categoria».

E' manifesta a desigualdade. E' afrontosa a protecção concedida ao padre. Em metade dos anos alcançam o dobro do que é conferido a todo o restante funcionalismo.

Para eles, ao fim de 10 anos, aposentação, para uma vida folgada, com a totalidade dos vencimentos; para os restantes funcionários, depois de 20 anos de serviço árduo, espinhoso, reforma, para uma vida amargurada de miséria e de acauchas, «só com o vencimento de categoria» que é escasso em todos os graus da escala burocrática.

Mas não é tudo: O missionário religioso recebe, além dos respectivos vencimentos, boa habitação e terrenos adjacentes para culturas, tendo ainda a sua inteira disposição o pretinho que amanha as terras de graça e a seco. O restante funcionalismo colonial se quer casa de habitação, aluga-a; terras para culturas, só aforando-as ou comprando-as; e quanto a pretos, paga-lhes os serviços. Deste modo, o missionário religioso amehalla todos os seus vencimentos e regressa rico à metrópole, enquanto os funcionários são obrigados a gastar tudo quanto o Estado lhes dá e regressam à terra natal alquebrados e pobres.

Mas não para aqui ainda a desigualdade revoltante. O missionário religioso viaja por conta do Estado, quer em terra quer por mar, em 1.ª classe; o pobre professor primário, de quem se exige mais árdua tarefa, com horas marcadas para a sua função civilisadora, viaja em segunda classe. Onde está, portanto, a falta de protec-



Os Mistérios do Povo

actuais deficiências, cumprir a sua missão. A Batalha disse que os serviços hospitalares carecem de uma profunda remodelação que se não compadece com simples mediação que se não compadece com simples mediação. A Batalha disse ainda que todo o pessoal dos hospitais — clínico, de enfermagem, e de outros serviços — era digno de melhor sorte. Logo a Batalha não deve imputar-se a ingratidão, porque ingratidão não houve ao dar-se em dezoito linhas cabimento aos queixumes que a publicarem-se com todo o colorido mudariam a face ao nosso singelo comentário. Todos os distintos clínicos do hospital de Santa Marta são dignos da nossa alta consideração. Os factos narrados por nós, a serem verdadeiros, deslustram, porém, os seus autores. E se esses factos não possuem a eloquência que lhe demos, quem deverá derramar luz sobre o caso? Os visados. E estes quedando-se no seu mutismo confirmam as informações que nos forneceram.

Doutrinas de «A Batalha»

Nem sempre o diabo há de estar atrás da porta. Porque os governos burgueses têm horror às verdades dos órgãos extremistas, succede que as ladeiam enquanto podem; mas, mais cedo ou mais tarde, acabam por se render...

A Batalha foi, na imprensa de Lisboa, o único jornal que decididamente, apontando factos e criticando problemas, demonstrou que Azevedo Continho não podia nem devia sustentar-se à frente do alto comissariado de Moçambique. O seu ponto de vista venceu com a exoneração daquele politico. Foi também A Batalha o único jornal de Lisboa que combateu as Secretarias Provinciais de Moçambique, e tanta era a razão que nos assistia, que já foi assinado o diploma acabando com aquela inutilidade que custava, só para sustentação dos secretários, 643 contos.

Também A Batalha tem combatido vigorosamente o Conselho de Câmbios de Lourenço Marques e o seu immoralíssimo «saco sem fundo do prêmio das transferências», folgando em noticiar que, há dias, a mais importante colectividade de Moçambique

ção ao masmarro? No tempo da monarquia não tinha tanta, pois o missionário religioso não se podia aposentar ao fim de 10 anos, com o vencimento por inteiro, como agora succede. Foi preciso proclamar a república para que o padre, que não tem uma missão útil numa sociedade perfeita e produtiva, galgasse por cima de toda a gente conquistando uma situação de excepcional favoritismo.

Comprova isto que a reacção continua enquistada nas secretarias do Estado, mandando nelas como em casa própria

Consideremos outro aspecto: As missões estrangeiras e as missões laicas.

Quanto às missões estrangeiras, sabe-se que algumas têm organizações modelares nunca atingidas pelas portuguesas. Estão neste caso muitas de Angola (e ainda há poucas dias se patenteava isso, quanto às do Congo) as missões suíças de Lourenço Marques, as missões estrangeiras de Quelimane.

As missões do Congo estão apresentando a exame grande número de alunos; succede outro tanto com as missões suíças em Moçambique; logo, se tais organismos espalham a civilização, o que raramente conseguem fazer os missionários portugueses, — onde está a desnacionalização apregoada clamorosamente, onde estão os altos serviços passados, presentes e futuros dos missionários religiosos que se atrelaram ao orçamento e dêle chupam vigorosamente, insaciáveis, choramingões, avolumando o seu zelo, não vão ficar os seus créditos por mãos alheias?

As missões laicas! — outro filão que os reaccionários exploram, amesquinhando-as, desacreditando-as desde o primeiro dia! Na verdade, as missões laicas não têm produzido um grande volume de frutos. Porquê? Porque a reacção teve em sua volta uma rede de dificuldades insuperáveis, porque entre os organismos do Estado se alaparda muito figurão que tem dentro do cérebro o tal jesuita de palmo e meio.

Dir-se-há que, na preparação do pessoal, se notam incontestáveis deficiências; mas na preparação do missionário religioso essas deficiências são incomparavelmente maiores, e, quanto a zelo, o padre cuida de negócios, comprando gado, dedicando-se à machamba, fazendo dinheiro em tudo (até em Cristos que por vezes aluga!) — sem que ninguém o veja dedicadamente apegado às suas funções apostólicas ou educativas.

Ainda não há muito, pelos jornais de Lourenço Marques se via que, nas hostes missionárias, lavrava a mais profunda revolta contra o seu director, porque este pretendia que o missionário não podia ser negociante ou agricultor para ser um bom pastor de almas; e, paralelamente, lá surgia um missionário religioso, virulento, irrequieto, tumultuante, vasando insultos e palavras indecentes num jornal, enquanto exercia de mistura com a sua função espiritual, o officio de traficante de sapatos.

Não basta, portanto, clamar contra a desnacionalização fomentada pelas missões estrangeiras e contra a inutilidade das missões laicas — erguendo nos escudos da glória as «beneméritas» instituições religiosas. Palavras são sons que passam. O que é necessário é apresentar factos, factos concretos e irrefutáveis; e nunca as missões religiosas, no campo official ou na tribuna da imprensa, serão capazes de demonstrar por obras, que não por palavras, que a sua existência é útil, quanto mais indispensável, ao progresso do ultramar. Quanto ao passado, a sua bagagem de serviços é tão escassa que ninguém, de espirito desempoeirado, consegue ver, em toda a Africa, coisa que valha a pena citar.

Missões... não passam de viveiro de tubarões.

Nomeação radical...

Foi ontem assinado um decreto nomeando o sr. Dr. Albino Vieira da Rocha, professor da Faculdade de Direito, em comissão gratuita e amovível de serviço publico, consultor técnico e jurídico da presidência do governo, com as atribuições de informar técnica e juridicamente o presidente do ministério sobre todos os assuntos de politica geral do ministério; assistir aos conselhos de ministros, com voto consultivo de informação; organizar o registro de todos os diplomas do governo; informar sobre a redacção dos diplomas governamentais; consultar em quaisquer outros assuntos em que a presidência entenda necessário.

Não seria muito mais pratico nomear o sr. Vieira da Rocha ministro de todas as pastas? Seria uma nomeação... radical.

Piratas no mar da China

HONG-KONG, 7. — As autoridades chinesas protestaram energicamente contra o bloqueio do porto de Wuchow levado a efeito pelo comandante da canhoneira inglesa, encarregado de investigar sobre o assassinio do subdito inglês J. Phillips, ocorrido no mês de Junho. O bloqueio foi estabelecido em consequência do obstruccionismo feito pelos chineses à missão do official britânico. — (L.)

telegrafara ao ministério das Colónias pedindo a extinção daquele conselho.

Comprova isto que a nossa campanha sobre a administração de Moçambique é baseada na verdade inofensável.

Com a extinção das Secretarias Provinciais ficarão destituídos da mesa orçamental os três funcionários (não falando no Nêro) mais nefastos e incompetentes que têm cruzado as ruas de Lourenço Marques, os principais causadores do conflito ferroviário.

SEMPRE NAS TREVAS

A Companhia do Gás, por acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, vai vingar-se dos consumidores que não quiseram pagar o aumento do preço da luz

Entrou numa nova fase, e numa fase favorável ao odioso monopólio, o conflito suscitado entre as Companhias Reunidas Gás e Electricidade e a Câmara Municipal de Lisboa.

O Supremo Tribunal Administrativo deu provimento ao recurso interposto por aquela sociedade. Isto quer apenas dizer que o consumidor, que durante o primeiro trimestre de 1926 se negou a pagar o aumento do preço da luz e do aluguer dos contadores, correspondentemente a aqueles três meses, 15\$8 por cada kilowatt.

Como A Batalha foi um dos raros jornais que soube flagelar os desejos da Companhia do Gás e Electricidade não é demais, para inteira compreensão do assunto, lançar um olhar retrospectivo ao conflito.

Ao declinar o ano de 1925 as Companhias Reunidas Gás e Electricidade enviaram à Câmara Municipal de Lisboa um officio propondo um aumento no preço da luz e no do aluguer dos contadores. Esse officio, por um jogo malabar, nunca foi apreciada pela Câmara porque desapareceu. Ao cabo de 60 dias a Companhia, ao abrigo do decreto 5335, reivindicou o direito de agravar o preço da luz e do aluguer dos contadores. E se bem o pensou, melhor o executou. A Companhia aumentou por seu alvedrio o preço da luz.

A Câmara Municipal, considerando que o decreto 5335 tinha sido publicado posteriormente aos contratos com a Câmara e por isso não poderia ter efeito retroactivo, resolveu aconselhar os consumidores a não pagarem o aumento imposto pela Companhia.

A Companhia, senhora onnipotente como todos os monopólios, não se preocupou com a decisão da Câmara. Prosseguiu na sua obra. Porém, a certa altura a Câmara cassou os contratos à Companhia e propunha-se a abrir concurso para nova concessão. O monopólio pouco se preocupou com isso. Tinha que vencer nem que para isso se comprasse o silêncio da imprensa burguesa.

RELENDOS OS EVANGELHOS

Se os primeiros cristãos resuscitassem, o odiento Nemo exigiria para eles a morte afrontosa

Ignoramos se teria ou não existido Jotura na Judeia um carpinteiro chamado Jesus Cristo; o que unicamente sabemos de positivo, é que ali houve há uns vinte séculos um movimento intensamente revolucionário das massas escravizadas contra a lei, a autoridade e a immoralidade da Roma imperial.

Esse movimento eviado do espirito religioso próprio da época foi por esse motivo facilmente desviado e subjugado pelos poderosos da terra contra quem era dirigido; mas, a pesar-disso, nalgumas passagens dos Evangelhos, — que constituem a primeira tentativa da sua escamoteação, — ainda se encontram certas afirmações que nos revelam bem a ideologia revolucionária que orientava os actos dos primitivos cristãos.

Assim nos Evangelhos de S. Lucas, Cap. VI, encontramos nas seguintes palavras o mais desassombrado incitamento à expropriação individual mesmo contra a Igreja: «1. E aconteceu num dia de sábado, escreveu S. Lucas, chamado segundo primeiro, que, como passasse pelas searas, os seus discípulos cortavam espigas, e machucando-as nas mãos, as comiam.

2. E alguns dos fariseus lhes diziam: Porque fazeis o que não é lícito nos sabados.

3. E respondendo Jesus, disse-lhes: Nunca lestes o que fez David quando teve fome, ele, e os que com elle estavam?

4. Como entrou na Casa de Deus, e tomou os pães da propriedade, e comeu, e deu também aos que estavam com elle: os quais não era lícito comer, senão aos Sacerdotes.»

Destas palavras conclui-se que, segundo a doutrina evangélica, todo o individuo tem o direito reconhecido de ir buscar onde se encontrem os artigos de que tenha imperiosa necessidade, embora mesmo eles sejam pertença dos sacerdotes; no entanto, nesses casos, que cheios de fome pretendem-se hoje pôr em pratica os conselhos de Cristo, e entressem na «Casa de Deus», mandando aquilo de que só é lícito aos sacerdotes dispor!

Nemo e todos os demais seráficos cristãos pediriam para eles cheios de terror e de rancor os piores castigos, indo talvez

Veiu depois uma nova decisão da Câmara: o encerramento das fábricas de produção de energia eléctrica pertencentes à Companhia Reunidas de Gás e Electricidade.

António Maria da Silva, que então «governava», a pretexto da alteração da ordem pública invalidou aquela resolução, e as fábricas prosseguiram a sua laboração e o monopólio via assim triunfar a sua obra.

Devido a esta insólita medida, a Câmara notificou aos consumidores que se encontrava desligada do conflito em virtude da intervenção do governo.

A Companhia, a pesar-de triunfante, sugeriu um novo recurso — o Supremo Tribunal Administrativo.

Ela sabia que o Supremo Tribunal Administrativo lhe seria favorável. Sabia mesmo que os consumidores lhe haviam de pagar bem caro a irreverência. Dependia apenas de oportunidade, e saber esperar essa oportunidade era uma grande virtude.

Essa grande oportunidade chegou. O acórdão do Supremo Tribunal Administrativo foi seu mensageiro. E a Companhia triunfou em toda a linha. Hoje é ela a senhora da situação.

Este conflito entre a Companhia do Gás e a Câmara Municipal tem já a assinalado a morte dum vereador, que sucumbiu num duelo a uma síncope cardíaca, a subversão dum governo e a incoerência dum tribunal superior.

Não tardará que, quando fôr imposto aos consumidores o pagamento daquela diferença que se recusaram a pagar por conselho da Câmara, novos conflitos surjam e a attitude da Companhia Reunidas Gás e Electricidade fique tragicamente immortalizada, como immortalizado ficou aquele duelo que custou a vida ao vereador sr. Beja da Silva.

Parece-nos que a melhor forma de evitar essas lutas era conceder aos consumidores a prerrogativa de não pagarem a diferença que o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo dá motivo.

até à pena de morte, pois que simplesmente por os militantes da organização operária lutarem pela conquista imediata de salários mais em harmonia com as necessidades da vida, e pela diminuição das longas e exaustas jornadas de trabalho, preparando, ao mesmo tempo, as classes escravizadas para a socialização dos meios de produção em benefício de toda a colectividade, e não dum minoria parasitária, chamam-lhes os corifeus do cristianismo católico e não católico — os nomes mais afrontosos, esforçando-se por sobre eles atrair o ódio e as perseguições dos que detêm em suas mãos o poder e a força. Procedendo assim o que não fariam eles se surgisse do túmulo alguém, incitando os «chomeurs» esfomeados a que effectuassem a expropriação individual, indo tirar aos sacerdotes aquilo que eles possuem indevidamente, e de que não precisam para a satisfação das suas necessidades?

A pena de morte seria certamente ainda pouco, no entender dos representantes de Cristo, para castigar o perigoso agitador, que tais palavras ousasse pronunciar!

A. B.

ASSINEM Os mistérios do Povo contra a liberdade de consciência

Foi ontem para o Diário do Governo e decreto relativo à personalidade jurídica da igreja. O referido diploma consigna o principio de que as corporações encarregadas do culto podem, para fins culturais, adquirir bens, dispor deles e administrá-los nos mesmos termos em que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as associações e corporações perpétuas. Só se reputam como destinadas a fins culturais as aquisições de edificios para neles se instalarem igrejas, seminários e residencias de ministros das religiões e das cercas e quintas dos seminários.

Pelo decreto é permitido o ensino da religião nas escolas particulares, e consigna ainda disposições relativas à aposentação dos parcos. Isto é o que nos dizem da Arcada, e deve ser verdade. Vai iniciar-se, sob a protecção da República, uma obra de deformação moral. Triunfam os reaccionários, é claro. Mas ficamos nós, no nosso posto, e os reaccionários hão-de ver com que inimigos têm de contar, ainda que a nossa voz de justos continui abafada pelas prepotências que tão bem favorecem os acoitados na igreja católica.

«A Batalha» vende-se em todas as tabacarias

Três ministros... novos

Deu-se agora uma remodelação ministerial. Consta o facto de documentos officiaes e officiosos que a censura não deixou publicar. Enfim, os senhores são pessoas de bom senso...

Usando da faculdade que me concede o n.º 1.º do artigo 1.º do decreto com força de lei n.º 11.789, de 19 de Junho de 1926: hei por bem exonerar os cidadãos António Claro, António Oscar de Fragoço Carmona e Armando Humberto da Gama Ochoa, respectivamente, de ministros do Interior, Negócios Estrangeiros e Colónias, lugares que me apaz declararam exercer com zelo, inteligência e acendrado patriotismo, e nomear os cidadãos: Manuel de Oliveira Gomes da Costa, presidente do ministério e ministro da Guerra, ministro interino do Interior; Martinho Nobre de Melo, ministro dos Negócios Estrangeiros e João de Almeida, ministro das Colónias.

Paços do governo da República, 6 de Julho de 1926.—O presidente do ministério e ministro da Guerra, Manuel de Oliveira Gomes da Costa.

A posse dos novos ministros effectuou-se ontem, mesmo.

No ministério dos negocios estrangeiros passou-se da seguinte forma, relatada pelo Diário de Lisboa:

«A posse do sr. dr. Martinho Nobre de Melo estava marcada para as 17 horas. Cinco minutos depois da hora marcada chegou ao ministério dos Estrangeiros o sr. general Gomes da Costa, acompanhado pelo novo ministro e pelos srs. comandante Filomeno da Câmara e coronel João de Almeida.

Pouco depois, entrou no gabinete do ministro, onde se realizou a posse, um dos directores gerais do ministério, o sr. dr. Gonçalves Teixeira.

O sr. general Gomes da Costa, para o director geral:

—Então não aparece ninguém? Eu já estava para me ir embora.

O sr. dr. Gonçalves Teixeira limita-se a dizer que compareceu logo que foi prevenido.

Como não seja costume lavar auto de posse, o chefe do governo, usando da palavra, entregou a pasta dos Estrangeiros ao sr. dr. Martinho Nobre de Melo, declarando esperar que elle tenha a mão firme para resolver todos os problemas pendentes do seu ministério.

O novo ministro foi muito cumprimentado, ficando no seu gabinete a trocar impressões com os directores gerais.

Do acto da posse não compareceu o ministro demissionário, sr. general Carmona.

No ministério das Colónias, o acto não teve interesse—a posse do novo ministro e um discurso do general Gomes da Costa.

No ministério do interior houve solenidade. E' ainda o Diário de Lisboa que informa:

«A certa altura entrou o sr. Ricardo Pais Gomes, secretário geral, que trazia alguns documentos para serem assinados pelo novo ministro.

O sr. general Gomes da Costa:

—Vamos primeiro à posse. Depois assinarei esses documentos, ou não assinarei, como entender.

E acrescentou para o sr. Pais Gomes:

—O senhor já está cansado... Precisa de peior a reforma... Queremos no ministério gente nova, que não seja um obstáculo à marcha dos negocios.

E usando da palavra, afirmou:

—Preciso declarar, neste momento, que estou aqui para servir a República. Aqui está uma palavra que muita gente tem na boca, mas poucos no coração. Ora é necessário implantar a República neste ministério, porque não foi ainda implantada.

Falando da colaboração que é costume pedir aos funcionários:

—Não peço colaboração aos funcionários deste ministério. Exijo-a. E' essa a sua obrigação. Estou aqui para servir o meu país e será por pouco tempo, enquanto não encontrar uma pessoa competente para ocupar este lugar.

Falou em seguida o sr. Duro da Silva, que disse representar os «Libertadores» e declarou que vinha dar o seu aplauso ao sr. general Gomes da Costa, pedindo-lhe que se demorasse à frente do ministério onde a sua acção se torna muito necessária.

Uma afirmação do orador:

—Com excepção dos ministérios da Guerra e das Finanças, ainda não se tomou uma medida que satisfizesse a mais pequena exigência da opinião pública.

Nos nada mais acrescentamos, apenas porque escazeiam os baneiros na nossa tipografia...

Dos livros e dos autores

A CIGARRA DE THEOCRITO — por Narciso de Azevedo

Simbolismo airoso, desencantamento de formas clássicas, uma cadência feita de reminiscências gloriosas, são a razão de ser dos versos de Narciso de Azevedo, poeta dotado duma emotividade aristocrática, parnasiano aqui e ali.

Os velhos deuses seduzem-nos, elevam-nos a cutilação de imagens caprichosas à altura dominadora da arte de dizer com elegância e brilho próprios de épocas de simbolismos poéticos perfeitamente caracterizados. Narciso de Azevedo tem o condão de irisar o pensamento, com a facilidade de quem maneja as palavras como se fossem objectos de arte que se colocam aqui e ali em atitudes de belesa límpida, mas cantante.

A Cigarra de Theocrito tem um recorte antigo, os sonetos que compõem o livro resplendem como se fossem arrancados a uma época de esplendor, a um helenismo requintado. Concorde em que haja quem se afadigue em ler o volume de principio a cabo, nem todos os temperamentos se adaptam a estas exhibições cuidadas, contornadas, duma espiritualização estatutária, mas eu que li, ainda, os clássicos, (que hoje não o faz já muita gente) que vibro perante uma ode de Anacreonte e palpito de prazer reconfortante, ao ler Xenofonte, com o seu aticismo sério e volúpico de curvas, e se não leio muitas vezes o nosso Rodrigues Lobo é porque nem sempre o tenho à mão.

Gostei de A Cigarra de Theocrito, vivi os seus versos e não me arrependi de o ter feito, por muito mal que isto pareça a certos arrojados convulsivos e a muitos decadentes cabriolantes de ideias, mas pasmadas de espirais de illusão e de sonho. No livro distinguem-se a «Sombra perfumada» e «A resurreição de Pan».

O SEISCENTISMO — por António Sérgio

Eu não creio que António Sérgio escreva livros para incensar simpatias e menos ainda para escravizar à sua vontade as opiniões dos outros. Porque assim julgo, ainda menos creio que António Sérgio se sirva da pena para acicate áos que se perdem na morte glória ou ingloriamente.

O audismo literário de António Sérgio poderá assentar em fórmulas erradas, em critérios discordantes, o que ele porém revela é a qualidade de fazer obra à custa duma personalidade literária que procura acertar, sem a subordinação às afirmações que outros expendem.

O seu opusculo O seiscentismo é um estudo ligeiramente incisivo sobre certas classificações doutrinais enfermias de inamobilidade, hesitantes de demagogia rigorosamente literária. António Sérgio não procura efeitos de alto brilhantismo literário, as suas exposições críticas são dissecadas à luz duma vontade honesta e concluídas por asserções formadas pelo senso individual, nunca sujeitas às variantes de momento e às locubrações doentias de castas, de coteries literárias.

António Sérgio aprende sempre, estuda sempre, e como não pretende fazer valer a sua opinião—fica-se à vontade com os seus critérios e os seus pontos de vista.

Nogueira de BRITO

O despejo violento do prédio do largo Sá de Miranda

COIMBRA, 6.—A propósito da última correspondência em que tratávamos dum despejo violento feito pela policia no Largo Sá de Miranda, fomos convidados, bem como os correspondentes de outros jornais que se referiram ao assunto, a comparecer no gabinete do commissário da policia.

Ali foi-nos fornecida pelo sr. commissário a seguinte nota officiosa:

«O commissário geral da policia, tendo tomado conhecimento dos factos ocorridos com o despejo effectuado na casa do prédio n.º 20 da rua de S. João, a que ontem se referiram os jornais, ordenou uma sindicância rigorosa aos actos dos guardas que ali estiveram e está na disposição de os castigar severamente, se se provar, como parece provar-se, que os mesmos invocaram o seu nome para procederem arbitrariamente, como se julga terem feito. O commissário declara ser alheio a tal violência e já ouviu no seu gabinete os estudantes em questão, ficando estes de ali voltarem com a participação dos factos e relação das testemunhas.»

Foi-nos declarado pelo sr. commissário que a sua intervenção neste assunto se limitou a propor uma plataforma amigavel entre a criatura que alugava a casa e a sublocatária, tendo para isso ouvido também os estudantes hóspedes da casa em questão.

Não teve, disse, qualquer interferência no despejo, indo proceder a um rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades dos guardas implicados na ocorrência.

Lamentá o sr. commissário que a imprensa o tenha atacado por este facto, sem que buscassem informar-se junto d'elle, preferindo, antes, aceitar como verdadeiras, as informações dos estudantes hóspedes do prédio em referência, as quais, sendo indolentes, têm todo o interesse, segundo a sua opinião, em abrir conflitos com a autoridade, levados pelo odio à raça que os domina.

Neste ponto permitimo-nos discordar do sr. commissário, já pelas principiaes internacionalistas que seguimos, em que não cabem odios de raça, como também pela visão da injustiça flagrante que atinge os académicos hindus.

Toda a gente sabe, e o sr. commissário deve saber também, que os estudantes indios se distinguem pela sua cordura, afabilidade e morigeração. Gosam estes estudantes duma tradicional simpatia entre os seus colegas portugueses e são chamados com consideração por toda a população da cidade.

Não concebemos, por este motivo, neste assunto, qualquer animadversão motivada por diferença de raças.

Exaramos aqui, em resumo, as declarações do sr. commissário, para que este senhor não julgue que temos qualquer interesse em atacá-lo.

Como, porém, este caso ainda está envolto numa certa nebulosidade, resolvemos ouvir os estudantes, vítimas do despejo, assim como a sua hospedeira, os quais nos fizeram as seguintes declarações, de que tomam inteira responsabilidade:

Tendo havido em principiaes do mês transacto uma questão com a sobre-aluga, esta recusou-se a receber a importância da renda estipulada, tendo apresentado uma queixa no commissariado.

Intimados, a hospedeira e os estudantes, a comparecer no commissariado, foi-lhes ali notificado pelo commissário que deviam abandonar o prédio dentro de 15 dias, tendo eles, de facto, aquiescido em sair dentro desse prazo, em face de não possuírem recibos comprovativos do pagamento das rendas.

Melhor informados, porém, de que o commissário nada tinha que interferir em questões do inquilinato, não saíram no prazo estabelecido, aguardando que a sobre-aluga se resolvesse a receber a renda, ou a enviar a questão para os tribunais, onde, então, alegariam suas razões.

Novamente chamados ao commissário, este senhor colocou em emergência—ou abandonariam o prédio dentro de 48 horas, ou então mandaria dois guardas à sua ordem proceder ao despejo!

Ocorrências diversas

No pósto da Cruz Vermelha do Terreiro do Paço, recebeu curativo e foi para casa, Renato José Fernandes, empregado no comércio, natural de Setúbal e residente na rua Moraes Soares, 171, e que ao apartar uma desordem na rua de Santo António, à Sé, foi ferido na cabeça, com uma garrafa.

—Da sala de observações do Banco do Hospital de São José, sai hoje com alta Maria Amélia da Conceição, de 18 anos, natural do Rio de Janeiro e residente na travessa da Palha, a qual, segundo declarou, foi agredida com um pontapé no ventre, na esquadra policial da Mouraria então à porta da residência, como ontem noticiámos.

—No pósto da Cruz Vermelha do Terreiro do Paço receberam curativo e recolheram a casa:

Amélia Jesus Tomé, de 7 anos, rua das Janelas Verdes, 5, que caiu da muralha do charlariz, próximo da residência, fracturando o maxilar inferior; Armando Cesar, de 6 anos, morador no Convento das Bernardas e que no Cais de Santos foi entalhado entre a muralha e um barco, ficando com o dedo polegar da mão direita esmagado.

—João Pereira Carvalho, 19 anos, de Cezimbra, residente na calçada Castelo Branco Saraiva, 25, loja, que no cais do Sodré ficou com dois dedos da mão esmagados por uns remos, e José Pereira Alcobaca, aprendiz de carpinteiro, rua 24 de Julho, 102, 2.º, que na oficina onde trabalhava foi colhido por uma enxó, ficando ferido no pé esquerdo.

—No pósto da Cruz Vermelha do Terreiro do Paço foi pensado, recolhendo depois à enfermaria de São Francisco do hospital de São José, António Carvalho, 18 anos, de Alcobaca, residente na Quinta das Conchinhas, em Chelas, o qual foi colhido por uma carroça ficando com a perna direita fracturada.

—No Banco do hospital de São José receberam curativo e foram para casa: Raúl Gonçalves Duarte, 18 anos, varredor da Câmara Municipal, rua de São João da Praça, 48, loja, que na avenida Almirante Reis foi colhido pela carroça com que trabalhava, ficando ferido num pé; Carlos Ferreira Pinto, da Trafaria, que no Rossio foi colhido por um automóvel, ficando contuso num braço, e Pedro Lourenço, 19 anos, de Beja e residente em Ermidas, São Tiago do Cacém, que por questões de mulheres ali teve uma alteração com Emídio Simão, trabalhador, que agrediu aquele com um tiro no pescoço.

—Na Sala de Observações do hospital de São José faleceu ontem Carlos Afonso, 37 anos, cocheiro, de Lisboa e residente em Alhandra, que no dia 5 último foi atingido no ventre pelo coice duma égua em Terras de Boies, próximo de Samora Correia.

—No Instituto de Medicina Legal realia-se hoje a autópsia do cadáver de António Bernardino Cordeiro, aquele comerciante que foi ferido a tiro no seu estabelecimento nas Caldas da Rainha. O seu funeral effectua-se hoje, pelas 14 horas, saindo da Morgue para o cemitério da Ajuda.

'A Batalha' na provincia e arradoras

FUZETA, 7.—Também cá neste recanto provincial os reaccionários pretendem assentar arraiais.

Os protestos já começaram, e bem entendido, se acaso a situação é disto que chamam república.

Para regedor escolheram um monárquico dos quatro costados e para vereador pensavam já no prior!

Querem deslante maior?

Mas o mais engraçado é que o homem pretende ser regedor à força e vai, ao que parece, fazer uma declaração pública em como adere à república.

Quere dizer, o carnaval aqui é permanente.

Verdade, verdade, fariam mal se não nomeassem o sr. Lucas para vereador. Isto de ser padre não importa e muito menos do homem receber duas vezes o dinheiro do sermão da festa. Um equívoco qualquer tem, paciência...

Vem agora a propósito: falam aí há dias numa certa importância vinda da América do Norte, com destino aos pobres desta terra, dinheiro esse que veio dirigido ao padre e que, dizem elles—não sabem qual foi a sua aplicação, visto coisa nenhuma ter constado.

Se assim é, preguntamos nós, onde pára esse dinheiro?

Nazaré

Os empregados no comércio e o horário do trabalho

NAZARÉ, 6.—O que se está passando por esta linda praia, com respeito ao horário de trabalho, ultrapassa os limites do desafio.

Que nós saibamos ainda não foi revogada a lei que concede aos empregados no comércio a regalia das 8 horas de trabalho, que bem difícil foi de conquistar.

Crêmos que ainda está em vigor e as autoridades compete fazê-la cumprir e punir os comerciantes que fingem ignorar a sua existência.

Não nos admira absolutamente nada que as autoridades fechem os olhos permitindo que alguns patrões obriguem os seus empregados a entrar para o estabelecimento às 7 horas da manhã, retendo-os ao balcão até perto da meia noite, pois que, ou são íntimos amigos desses comerciantes, ou também têm empregados que escravizam.

No ano passado, a direcção do Núcleo dos Empregados no Comércio e Industria por mais duma vez se dirigiu ao administrador do concelho lembrando-lhe que estavam sendo altamente lesados os empregados no comércio, representando um inqualificavel abuso por parte dalguns patrões a maneira como tratavam os seus empregados, chegando mesmo alguns a serem ameaçados pelos patrões que seriam despedidos caso teimassem fazendo valer os seus direitos.

Nunca foi atendida pela autoridade a direcção do N. D. E. no C. e I., sendo até votada a completo desprezo; e como agora a classe dos empregados no comércio ainda menos atenção lhe merece, pois não tem já o seu Núcleo, que foi fechado há tempo—é justo que por este meio se lembre mais uma vez, aqueles a quem cumpre o dever de fazer respeitar as leis, que dirijam um pouco mais da sua atenção para algumas lojas que muito bem se podem considerar verdadeiras roças, tal a maneira como ali são tratados os empregados.

O descaro por parte dalguns patrões chega já a, não contentes em fazerem trabalhar os seus empregados 15 e 16 horas por dia, obrigá-los a trabalhar ao domingo, dia que aqui na Nazaré é destinado a descanso.

Se esses patrões continuarem procedendo da mesma forma que até aqui, não teremos dúvida alguma em lhes estampar em letra bem visível os seus nomes, para que todos os fiquem conhecendo.

O que não pode é prolongar-se por mais tempo este abuso que a autoridade pode e deve reprimir.—C.

A pesar de Abd-el-Krim se ter rendido...

RABAT, 7.—Segundo noticias aqui recebidas, mas não confirmadas, os dissidentes mouros da região de Targuist fizeram uma emboscada a um contingente espanhol, matando 40 homens. Sabe-se, porém, que na região de Ghomasso Beni-Khaled, as tropas espanholas têm avançado bastante.—(L.)

Faustuosa existência a dos operários

Na Sala de Observações do hospital de São José entrou o operário cabocreiro José Borges, de 49 anos de idade, morador na Calçada da Quintinha 14-B: quando preparava o tiro na pedreira, de Fernando Cabacos, no Alto de Sete Moínhos, explodiu subitamente a pólvora, do que resultou ficar ferido, por estilhaços de pedra, no rosto e no torax.

Trágico desfecho

LONDRES, 7.—Segundo um telegrama do aviador Cobham, o seu mecânico Elliott faleceu ontem à noite no hospital de Basra, em consequência do ferimento recebido.

Segundo comunicação do aviador, foi atingido sobre o aparelho, um tiro que, furando a cabine, passou de raspão junto das malas, oficiais para a Austrália, frouro um reservatório de essência e foi atravessar o braço do mecânico.

O aparelho voava à pequena altitude de 15 metros e Cobham afirma poder precisar no mapa o ponto onde o árabe fez fogo, parecendo-lhe constituir um pequeno acampamento de ocasião.

Cobham comunica que todas as autoridades se puzeram à sua disposição, tendo sido tomadas imediatamente as medidas necessárias para a descoberta do assassino e seu castigo.

Elliott era um novo mas excelente mecânico, tendo acompanhado Cobham nos seus vôos, de ida e volta, a Rangoon e a cidade do Cabo.

Ignora-se se Cobham prosseguirá na sua viagem para a Austrália.—L.

AGREMIações VARIAS

«A Voz do Operário».—Reúne-se hoje, novamente, em assembleia geral, para continuação da ordem de trabalhos, da assembleia de 30 de junho, isto é, continuação da leitura das actas das assembleias anteriores.

MUTUALISMO E COOPERATIVISMO

Cooperativa dos Chapelleiros «A Social».—Reúne-se hoje, pelas 20 horas, na rua do Arco do Marquês de Alegrete, 30, 2.º, a assembleia geral desta Cooperativa com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º—Deliberar sobre uma proposta já votada pelo Conselho Fiscal e pela Direcção referente ao encerramento da secção de fúla e determinar a situação a adoptar quanto ao respectivo pessoal.

2.º—Autorizar a Direcção a proceder ao trespasse daquela secção.

3.º—Resolver sobre o requerimento enviado à Mesa da Assembleia Geral por 28 consócios quanto a revogação dos mandatos da gerência e do Conselho Fiscal.

4.º—No caso de ser aprovada a revogação dos mandatos eleger novos corpos gerentes.

«Educação Social»

Revista de pedagogia e sociologia

Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA

Publicação mensal

Redacção e administração—Empresa Literária Fluminense, Limit.—R. dos Rozeiros, 125—LISBOA.

A venda na administração de «A Batalha».

Assinar

«Os Mistérios do Povo»

Trindade HOJE A's 9 1/4 da noite

O HILARIANTE PATRIOTA

comédia em 3 actos, tradução de Lino Ferreira—Encenação da professora Lucinda Simões.

Nos principais papeis os artistas: Amélia Pereira, Erico Braga, Dinah Stchini, Joaquim de Almeida, Irene Istich, Samuel Diniz, Seixas Pereira e Mário Santos.

Secção Telegráfica

Federações

MOBILIARIA

Sindicato do Pórtio.—Segue officio. António Rodrigues.—Povoas de Varzim.—Recebemos carta: segue resposta.

Agrava-se o conflito em Inglaterra

LONDRES, 7.—Em consequência das condições apresentadas pelos proprietários das minas do distrito de Yorkshire, para o regresso ao trabalho em face da lei das 8 horas terem desgostado o governo, este deliberou pedir à Câmara dos Lords a suspensão do debate, impedindo, assim, que a lei entre amanhã em vigor.

O governo espera que os proprietários modifiquem as condições e, em tal caso, a lei será ainda aprovada na corrente semana.

A attitude do governo foi comunicada ontem por Lord Cecil à Câmara dos Lords, que afirma não ter o governo recebido qualquer reclamação dos mineiros sobre as propostas dos patrões, parecendo dispostos a aceitá-las, mas que julga do seu dever proteger tanto uma parte como a outra, visto não concordar com as mesmas propostas.—(L.)

INCENDIOS

Pelas 20 horas de ontem declarou-se incêndio com violência num barraco coberto de chapas de zinco, depósito de carvão da firma James Lloyd, na Docca de Alcântara, que se denomina também Docca dos Espanhóis.

O fogo foi causado por falha de locomotiva, a qual se introduziu no madeiramento do barraco, ficando este todo destruído, assim como a vedação de madeira do recinto, da via pública.

As chamas, que se desenvolviam a grande altura, ainda causaram prejuizos no depósito de carvão, contiguo, da firma Nazaré Rocha & Norton.

Rapidamente compareceu material e pessoal do Corpo Municipal de Salvação Pública e dos Voluntários da Ajuda, sendo postos a trabalhar com água do Tejo, 3 auto-bombas e uma bomba Delahay, com 8 agulhetas sob a direcção do comandante Rodrigues Alves e ajudante Marcelino, considerando-se 1/2 hora depois o fogo dominado e às 22 horas concluído.

No local esteve assistindo aos trabalhos o vereador do Pelouro dos Incêndios, coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira.

INSTRUÇÃO

Asilo Escola António Feliciano de Castilho

Realiza-se no próximo domingo, às 16 horas, no Salão de Festas do Asilo Escola de Cegos António Feliciano de Castilho, a rua Correia Teles, uma festa de arte que promete ser magnifica. Além de escolhidos números de musica pelos professores e alunos daquela Escola, haverá também vários números de canto.

A escritora D. Emília de Sousa Costa fará uma conferencia.

Os bilhetes podem ser marcados desde já na secretaria do Asilo ou pedidos pelo telefone—N.º 612.

TIVOLI

Telefone II-5474

MATINÉE ÀS 3 HORAS

SOIRÉE ÀS 9 HORAS

O Abade Constantino

Adaptação cinematográfica da célebre comédia de Ludovic Halevy

Uma herança de cem milhões

Comédia em 4 partes, com Marcel Levesque

Dois documentários

Desenhos animados

Na matinee tem entrada gratuita as crianças acompanhadas de suas familias

Uma violenta tempestade

BERLIM, 7.—A violenta tempestade que caiu sobre vários distritos da Silesia e Saxonia causou prejuizos importantissimos, não havendo memoria há mais dum século de tão grande tormenta.—(L.)

TEATRO AVENIDA

Telef. II-4356

A SENSACIONAL PEÇA

O Dr. da Mula Ruça

Hoje, às 21.30

12 números de musica 12

Orquestra Jazz-Band

Hoje, às 21.30

Passados dezasseis anos, quem assim exprimia pretende unir sua filha aos des- nos da odiosa casa de Saboia, e como vergonha e a dignidade é igual de parte e parte é provavel que tal enlace se venha realizar.